



## ETNOGRAFIAS DAS ETNIAS CHARRUA E MINUANO: O OLHAR DOS CRONISTAS E VIAJANTES DOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII

Viviane Pouey Vidal\*  
Ronaldo Bernardino Colvero\*\*  
Jeremyas Machado Silva\*\*\*

**Resumo:** O presente artigo é resultado da revisão de registros históricos que mencionam a ocupação dos índios Charrua e Minuano na antiga Banda Oriental do Uruguai durante o período colonial. O objetivo é demonstrar como os colonizadores ibéricos agiram sobre as etnias Charrua e Minuano e como estas reagiram aos europeus nas diferentes etapas do andamento da colonização. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica na qual se consultou os relatos de viajantes e de cronistas dos séculos XVI, XVII e XVIII no que diz respeito aos costumes indígenas no referido recorte temporal e aos aspectos da formação econômica, política, social e cultural da região da Bacia do Rio da Prata.

**Palavras-chave:** Etnografias indígenas. Charrua. Minuano.

**Abstract:** This article is the result of the review of historical records that mention the occupation of Charrua and Minuano Indians in the old Eastern Band of Uruguay during the colonial period. The purpose of this article is to demonstrate how the Iberian colonizers acted on Charrua and Minuano ethnicities and how they reacted to Europe in different stages of progress of colonization. We conducted a literature search where it consulted the reports of travelers and chroniclers of the XVI, XVII and XVIII centuries in that respect indigenous customs in that time frame and aspects of economic training, political, social and cultural development of the region La Plata River basin.

**Keywords:** Indigenous Ethnographies. Charrua. Minuano.

Mestre em História das Sociedades Ibéricas e Americanas com orientação em Arqueologia pela PUCRS e Doutoranda em Arqueologia UNICEN - Universidad Nacional da Província de Buenos Aires, Olavarria. Professora Substituta no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UNIPAMPA, Campus de São Borja.  
E-mail: vivianepouey@unipampa.edu.br.

Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Pesquisador em Arqueologia. Professor adjunto do curso de Ciência Política da UNIPAMPA, Campus de São Borja.  
E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br.

Mestre em História das Sociedades Ibéricas e Americanas com orientação em Arqueologia pela PUCRS e Doutorando em História na Universidade de Passo Fundo. Professor nos cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis nas Faculdades Integradas Machado de Assis e professor de História no Colégio Salesiano Dom Bosco – Santa Rosa – RS.  
E-mail: jeremyass@gmail.com.



REVISTA  
**MEMORARE**

  
www.portaldeperiodicos.unisul.br  
ISSN 2358-0593

## 1. Introdução

Em meio ao processo de revisão das fontes históricas e revisão da historiografia sobre as etnias Charrua e Minuano, arqueólogos, antropólogos e historiadores constataram que somente após o desaparecimento destas civilizações denominadas pampeanas desenvolveu-se entre os antropólogos e historiadores latino-americanos o interesse em estudar a história dos grupos que ocuparam o Pampa. O local definido como “campos situados mais ao sul da bacia do Rio da Prata, onde predominam relevos de planície”. (PANITZ, 2010, p. 20).

Os pesquisadores objetivavam tanto descrever os grupos etnográficos mediante o enfoque da ciência antropológica (TESCHAUER, 1929; SERRANO, 1936, 1947; PORTO, 1954; ACOSTA, LARA, 1961, 1969-1970, entre muitos outros), como revelar a sua contribuição no surgimento dos povos platinos. Demonstrou-se também que, no mesmo território, apesar da presença dos índios Charrua e, ao mesmo tempo, em desfavor destas etnias, estabeleceu-se a República Oriental do Uruguay.

De acordo com Becker (1982), os índios Charrua e Minuano eram grupos de pescadores e coletores que ocuparam a antiga Banda Oriental do Uruguai e dividiram este território com duas etnias: os Chaná e os Guarani. Os Charrua e Minuano eram física, cultural, social e economicamente semelhantes aos caçadores do sul da Argentina. Quando o contato com o branco se intensificou, os caçadores que habitavam e percorriam os largos campos do Pampa somavam cerca de 2.000 indivíduos, divididos, aproximadamente, entre 1.100 Charrua e 900 Minuano. Os primeiros eram habitantes de ambas as margens do Rio Uruguai, os segundos situavam-se ao longo da costa atlântica, desde a Lagoa Mirim até a altura de Montevideo. A autora enfatiza, ainda que, devido à ocupação branca nos territórios indígenas, ocorreram deslocamentos, mas suas posições originais sempre ficaram relacionadas à Banda Oriental do Uruguai (BECKER, 1982).

## 2. Charruas e Minuanos e o Olhar do Colonizador

No estudo das sociedades indígenas, levam-se sempre em consideração a complexidade sociocultural e as relações de poder exercidas em um território. Becker (1982), explica que, embora o colonizador muitas vezes ligasse os Charrua aos Minuano, confundindo-os, tratava-se de duas populações distintas e bem caracterizadas que demarcavam os seus territórios e adotavam líderes independentes (BECKER, 1982). Contudo, não está claro na historiografia se estas populações falavam línguas ou dialetos diferentes.

O ambiente dos dois grupos são os campos, intercalados de bosques, sempre próximos aos rios e aos córregos de água. Diferentemente dos grupos horticultores Guarani, que foram rapidamente aldeados ou entregues ao colonizador sob a forma de “encomienda”, os índios pampeanos mantiveram-se na periferia da “civilização”<sup>1</sup> e resistiram ao despotismo dos colonizadores por mais de três séculos. Entende-se o conceito de civilização como resultado do largo processo de conversão das sociedades dos outros continentes ao modelo das nações europeias. Superação dos estágios de selvageria e barbárie (GOLIN, 2005).

Os Charrua e os Minuano exerceram predominantemente a caça enquanto o colonizador europeu não conseguiu de maneira autônoma ocupar e incorporar os territórios indígenas. As etnias nativas continuaram a exercer a sua economia. A Bacia do Prata, um espaço fronteiro entre as duas forças coloniais em expansão, a portuguesa e a espanhola, foi, por quase dois séculos, uma “terra de ninguém”. De acordo com Chiappini (2004, p. 19), “as fronteiras, por definição, seriam terras sem dono, e sua conquista seria um ganho para a sociedade civilizada. Daí ser, nas zonas fronteiriças, a violência privada, em princípio, legitimada, pois as pessoas se pautariam por leis diferentes das do mundo civilizado”.

As fronteiras coloniais eram zonas economicamente e politicamente instáveis. Kühn (2002) propõe uma interpretação de que “o espaço fronteiro colonial deve ser compreendido como uma fronteira em movimento, com intensa circulação de homens e mercadorias, em contexto demográfico heterogêneo e numa conjuntura de instabilidade política” (KÜHN, 2002, p. 26). De tal modo, os índios pampeanos eram esporadicamente solicitados como mão de obra pelos colonizadores, ainda que, também combatidos e, por vezes, exterminados por estes. Assim, com a intensificação do

---

<sup>1</sup> Utilizam-se aspas, pois o termo refere-se ao modelo europeu de civilização.



contato e acréscimo dos instáveis pactos firmados entre ambos os lados, os nativos tiveram acesso aos elementos inseridos pelo colonizador; inicialmente, ao cavalo, com o qual se tornaram ágeis cavaleiros e depois ao gado apanhado nas vacarias espanholas.

Os pampeanos ao dominarem “a montaria usavam as bolas de boleadeiras e o laço, instrumentos comuns, e necessários aos campeiros que nestes campos vadeiam, neles tiveram a sua origem, com estes apanham no campo várias éguas e potros bravos” (BECKER, 1982, p. 95). As boleadeiras, além de serem as armas que acompanharam os índios pampeanos durante toda sua vida, continuam presentes na sua mobília funerária. Lope de Sousa (1530) revela a localização de um cemitério nas proximidades de Maldonado (Uruguai) com trinta índios Charrua enterrados em covas individuais. Junto aos sepultamentos foram encontrados os pertences dos cadáveres estabelecendo-se a única forma de propriedade indígena.

Sítios arqueológicos com sepultamentos revelam a religiosidade e a organização social dos grupos. Becker comenta que os corpos eram enterrados em covas rasas, cobertas com pedras ou ramas. Nos sepultamentos eram colocadas as boleadeiras; a lança ficava plantada no lado oposto ao qual deixavam o cavalo. A autora menciona que Azara (1936) argumentou que o cavalo era sacrificado sobre a sepultura por desejo expresso de seu proprietário (BECKER, 1991). Conforme Serrano (1936) o cavalo era deixado vivo ao lado da cova para a viagem que o defunto deveria realizar.

No final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, a população espanhola e portuguesa ocupou em definitivo o território que explorava economicamente, restringindo assim, cada vez mais o espaço dos pampeanos. Os indígenas perderam o gado para os fazendeiros; sem a caça e sem o território, só lhes restava como alternativa realizar tarefas nas estâncias e nas cidades. Eram contratados para defender as fronteiras, após a independência das colônias. “O índio e toda a sua família se fez guerreiro e os caciques se fizeram comandantes militares” (BECKER, 1982, p. 12). Poucos aceitavam o trabalho nas estâncias, pois teriam que se afastar do grupo e, principalmente, abandonar o seu território.

No século XIX, dos campos de Corrientes à República Oriental do Uruguai, já era restrita aos Charrua e Minuano a ocupação das largas planícies do pampa por consequência da posse das terras pelos estancieiros que exploravam principalmente o mercado do charque e do couro. Mediante aos conflitos causados por meio da



instabilidade política e econômica instaurada na região estes passaram a invadir estâncias e apanhar o gado armados, sobretudo, com bolas de boleadeiras. “Al sur y al norte, acéchanla los salvajes, que aguardan las noches de luna para caer, cual enjambre de hienas, sobre los ganados que pacen en los campos y sobre las indefensas poblaciones” (SARMIENTO, 1999, p. 21).

Teschauer comenta que o conflito dos pampeanos não era só com os espanhóis, mas também com os Guaraní aldeados: “Estes, por muito tempo, foram inimigos jurados das reduções guaraníticas, que sofreram deles diversos e contínuos assaltos como de Yapeyú y la Cruz” (TESCHAUER, 1929, p. 212-213).

Becker (1982) afirma que os pampeanos não abandonaram suas armas primitivas embora modificadas com os elementos inseridos pelos conquistadores, pois utilizaram nas frequentes disputas pontas de flechas e bolas de boleadeiras. Neste período de conflitos, as sociedades indígenas se desorganizaram. Os recursos estavam cada vez mais escassos e os toldos não lhes garantiam mais segurança.

Ressalta-se que os movimentos eram frequentes, os cavalos cada vez mais estropiados e os indígenas morriam em grande número nos combates. As epidemias de varíola contribuíram para a redução das populações. Mesmo assim, os pampeanos resistiram às tentativas de aldeamento pelo colonizador e, devido a essa insistência de manterem a sua cultura foram exterminados pelo exército uruguaio. O exército Uruguaio, sob o comando do General Fructuoso Rivera, pressionado pelos proprietários de terras que temiam pelas suas vidas e bens preparou a emboscada de Salsipuedes, em 11 de abril de 1831, em que mataram os homens Charrua a fio de espada.

As mulheres e crianças foram distribuídas entre a população branca para lhes prestarem serviços e aprenderem a cultura colonial espanhola. Deste massacre, sobraram ainda uns trinta índios destribalizados e marginalizados em meio à sociedade uruguaia. A miscigenação para o trabalho como peões nas estâncias foi à única opção de sobrevivência que lhes restava. Consolidaram-se no campo e inseriram as boleadeiras nas atividades rurais.

Atualmente, as boleadeiras continuam presentes na indumentária festiva do homem do campo, porém os instrumentos perderam a sua função técnica no trabalho com o gado domesticado e permanecem como um artefato simbólico que os remete a memória indígena pampeana. Como enfatiza Silva (2014), “a cultura material transporta

mensagens, torna-se comunicação e pode ser percebida como um índice de relações sociais” (SILVA, 2014, p. 16).

### 3. A Guerra dos Charrua na Banda Oriental: Período Hispânico

A revisão dos trabalhos etnográficos nos permitiu consultar as pesquisas dos seguintes autores que serão apresentados: Ítala Becker (1982), em sua pesquisa sobre os Charrua, na Banda Oriental do Uruguai, utilizou como referências principais os dois volumes da pesquisa de Eduardo Acosta y Lara (1961; 1969-1970). O historiador Uruguaio Acosta y Lara, que reconhece a ocupação dos Charrua em seu país, trabalha com fontes antropológicas, etnológicas, etnográficas e também se utiliza dos relatos dos cronistas e viajantes das diferentes épocas para explicar os indígenas. O autor revisa os relatos dos cronistas com o objetivo de compreender os primeiros contatos dos europeus com os índios Charrua e os diferentes momentos da colonização. A obra de Acosta y Lara (1961), intitulada “La Guerra de Los Charruas en la Banda Oriental (Período Hispânico)”, foi construída com base nos diferentes momentos e acontecimentos da história dos Charrua, cuja organização por períodos possibilita uma ampla compreensão do contexto em que viveram estes indígenas.

Acosta y Lara (1961) inicia esclarecendo que, diferentemente do que muitos historiadores costumam afirmar, a morte de Juan Diaz de Solís (1516) não pode ser atribuída aos Charrua, pois as crônicas dos séculos XVI e XVII que relatam este episódio omitem o nome dos indígenas com que fizeram contato e tão pouco foram nomeados no diário do descobridor. Acosta y Lara explica que a razão para o desconhecimento do nome da etnia se justifica pelo fato dos companheiros de Solís, no trágico desembarque à Colônia, não regressarem para narrar à história. Os expedicionários que permaneceram a bordo, como narra o cronista Pedro Mártir (apud ACOSTA y LARA, 1961, 1, v.2, p.202): “espantados de aquel atroz ejemplo, no se atrevieron a desembarcar, ni pensaron en vengar á su capitán y compañeros, y abandonaron aquellas playas crueles”. Como poderiam saber então o nome dos selvagens se não os conheciam e apenas os observaram a distância? O certo é que, dois séculos mais tarde, o Padre Lozano ainda culpava os índios Charrua pela trágica



matança, assim outros historiadores seguiram afirmando estas contradições. Este acontecimento resultou na primeira legenda negra da história rio-platense.

Acosta y Lara argumenta que, posteriormente, investigações históricas e arqueológicas demonstram que o desembarque de Solís e seus companheiros foi em terras habitadas pelos Guarani, estes pertencentes ao grupo Tupi eram canibais. A maioria dos cronistas concorda que os indígenas, após matarem Solís (1516) e seus companheiros, os devoraram, o que levou Acosta y Lara (1961, p.2) a considerar que estes são os Guarani e não os Charrua. Percebe-se que o discurso do autor sobre os reais culpados pela morte do colonizador Juan Diaz de Solís possui um ideal político. Pois, ao transferir a culpa dos índios Charrua para os Guarani, ocupantes das regiões brasileiras, o historiador uruguaio está delegando o assassinato de Solís de forma metafórica aos seus vizinhos brasileiros, intrusos no território uruguaio.

Acosta y Lara observa que a vinda de Sebastián Gaboto ao Rio da Prata começa a esclarecer o panorama étnico. Em março ou abril de 1527, a pequena frota chega à desembocadura do arroio San Juan, a Colônia, que denominaram como Porto de San Lázaro, o de penetração para os rios Paraná y Paraguay. Ali, Luis Ramírez escreveu a seu pai a carta de 10 de julho de 1528, conservada atualmente na Biblioteca de Escorial. Esta carta proporciona notícias sobre os costumes e modo de vida das nações indígenas destas terras. Porém, Ramírez (apud ACOSTA y LARA, 1961, p. 202) não cita “los charrúas ni da gentilicio alguno que se les parezca. Y es extraño, porque habiendo vivido bastante tiempo en San Salvador pudo tener referencias de ellos por los guaraníes o por Francisco del Puerto”.

Acosta y Lara destaca a importância do relato do cronista espanhol Gonzalo Fernandez de Oviedo (1535). Este para escrever sobre o Rio da Prata e seus habitantes se baseou nas informações de Johan de Junco y Alonso de Santa Cruz, ambos integrantes da expedição de Gaboto. Disse o cronista ao descrever a costa do Rio da Prata:

“Y á la boca del río están los Jacroas, que es una gente que se sostiene de montería de venados, de avestruces y de otros animales llamados apareares”, [...]. Oviedo enfatizou que os Jacroas não fixavam residência: Van de una parte á otra corriendo la caza, y llevan consigo sus mujeres é hijos, é las mujeres van cargadas de todo que tienen, é los hombres van siguiendo su montería é matando los ciervos y



avestruces, arrojándoles unas bolas de piedra con trayllas ó pendientes de una cuerda, como ya en otra parte la historia ha hecho mención de tales armas. También usan algunos arcos é garrotes en su montería. Estos indios están de la parte de la costa al Norte, y más adelante en la misma costa, pasando el río Nero, está otra gente que dice chanas timbus, que viven en islas de la costa ya dicha, etc; [v. 9]" (OVIEDO, 1535, p. 191).

Acosta y Lara (1961) ressalta que, em ordem cronológica, seria esta a primeira menção histórica aos Charrua<sup>53</sup>; porém, é possível contar também com as descrições do navegante Diego García<sup>54</sup>, que havendo conhecido as costas brasileiras no mesmo período que Gaboto, refere-se a estes indígenas. Diego Garcia (apud ACOSTA y LARA, 1961, p.4) relata, em 1530-31, que, no Cabo Santa Maria, atual Punta del Este: “yento da esta costa no parece yndio ny alderredordelcavo mas luego ay adelante ay una generación qsellama los chaurruaes questos no comen carne umana manttienense de pescado e caza de otra cosa no comen”. E repete esta citação quando se refere aos grupos indígenas que conheceu em sua viagem: “los charruases de la vanda del norte, estos comen pescado e cosa de cá e no tienen outro manteniym”. Acosta y Lara acredita que Garcia provavelmente não tenha visto pessoalmente os Charrua, mas que soube deles através dos Guarani, ou pelos timbúes, três dos quais levou consigo ao regressar a Espanha. Ao final de 1531, visitou o Rio da Prata o português Pero Lope de Sousa que, ao se referir aos grupos indígenas que encontrou, conta que eram três grupos. O primeiro estava na Bahia de Maldonado, ao Oeste do Cabo Santa Maria, (Punta del Este), lugar onde Garcia afirmou a presença dos “chaurruaes”.

Sobre os indígenas, Pero Lope de Sousa (1531, p.5, apud ACOSTA y LARA, 1961, p.306) enfatiza que estes receberam os portugueses “com grandes choros e cantigas mui tristes”. Lope de Sousa indica também o costume de amputar os dedos. É muito provável que os índios que encontraram foram os Charrua devido a este costume e a sua localização na mesma zona mencionada por García e Ruy Díaz de Guzmán. Com Lope de Sousa (1531) termina o ciclo de descobrimento e com Pedro de Mendoza inicia a conquista.

A magnífica expedição deste último chegou ao Rio da Prata no início de 1536, ancorando seus quatorze navios em San Gabriel, colônia, ou seja, na mesma hospedagem que Magalhães utilizara dezesseis anos antes. Neste local, Schmidel (1534-





1554) se refere aos “Zechuruass”; quando regressou à Alemanha, publicou as experiências que viveu naquela expedição. O alemão destacou em sua obra tão conhecida pelos pesquisadores da história indígena “Allí encontramos con un pueblo de Indios llamados Zechuruass que constaba como de 2.000 hombres, y que no tenían más de comer que pescado y carne”.

Schmidel faz mais duas menções aos Charrua, a primeira é ao falar da indumentária dos Querandi “carendies, su vestir era como el de los Zechurg del ombligo á las rodillas” (SCHMIDEL, 1986, p.147). E a segunda quando enumera os grupos indígenas que se aliaram para atacar o povoado de Buenos Aires “Carendies, Barenis, Zechuruass y Zechenais Diembus” (SCHMIDEL, 1986, p.154).

Acosta y Lara (1961), consultando as crônicas do alemão Schmidel, adverte que não é possível afirmar que os indígenas que ele menciona são os Charrua, pois o alemão não conheceu a Banda Oriental, mas se realmente ele fez contato com esta etnia foi com o grupo que interferiu ao ataque a Buenos Aires (SCHMIDEL, 1986, p.6). Acosta y Lara considera que os primeiros europeus que realmente estabeleceram contato com os índios Charrua na Banda Oriental do Uruguai foram os membros da expedição de Juan Ortiz de Zaráte (1573). Nos primeiros contatos entre Charruas e espanhóis, não ocorreram desavenças, mantendo-se o espírito de paz. Nesta expedição, veio como capelão o acerdiano Martin Del Barco Centenera. Nas importantes observações de Centenera, expostas em seu poema “La Argentina” (1836), Acosta y Lara resgatou várias informações sobre o contato dos espanhóis com os Charrua. Centenera, além de narrar o contato com os índios Charrua e descrever hábitos, comenta a penosa estadia dos expedicionários em Santa Catalina.

Nesta expedição, a miséria e a fome se agregaram à humilhação de uma oficialidade despótica repressora dos gestos de insatisfação dos viajantes. Em meio a tantos erros e divergências, ocorreu o inesperado. Chegando a São Gabriel, os espanhóis foram surpreendidos por um temporal vindo do Sul. Este foi tão violento que: “pilotos y maestros, marineros, grumetes, pajes, frailes y soldados, mujeres y muchachos, pasajeros, andaban dando voces muy turbados. Los gritos y alaridos mensajeros allí son de una nave a otra enviados, Y cada cual socorro demandaba.” (canto X). Ao mencionar os índios Charrua, Centenera os denomina da seguinte maneira: “la gente que aqui habita en esta parte charruahas se dicen, de gran brío, a quien ha repartido el fiero Marte



su fuerza, su valor y poderío”. Estes índios eram altos e habilidosos nas guerras e nas batalhas, atrevidos e corajosos.

As informações do Poema de Centenera sobre os Charrua são as mais completas do Séc. XVI. O observador comenta que os indígenas eram tão ágeis que: “alcanzan corriendo por los campos los venados; Trás fuertes avestruces se abalanzan, Hasta dellos se ver apoderados; Con unas bolas que usan, los alcanzan” (CENTENERA, 1836, p. 150). Os “Charruhaes” dominam o arremesso das boleadeiras e não erram o tiro mesmo distante do alvo: “A cien paso (que es cosa monstruosa) apunta el charruaha a donde quiere e no yerra ni un punto aquella cosa que tira” (CENTENERA, 1836, p. 151). Centenera relata que, com a boleadeira, muita gente era morta com golpes na cabeça e, quando estes eram aplicados no corpo, ficavam com várias cicatrizes. Outro costume dos “Charruhaes” faz parte do ritual do luto quando perdem um parente “hacen luego cala en sí propios, su carne dividiendo, que de manos y pies se corta y tala el número de dedos, que perdiendo de propincuos parientes va en su vida. El charruaha por orden y medida” (canto X). Centenera descreve os toldos dos indígenas da seguinte maneira “solamente de estera es fabricada la casa, y así presto do quieren es mudada”.

Acosta y Lara fala que o término da convivência de paz entre os Charrua e os espanhóis ocorreu pelo simples fato dos colonizadores não respeitarem a tradição dos nativos em dar abrigo em seus toldos a quem desejasse viver em seu meio. A deserção de um marinheiro que se refugiou em campo dos Charrua provocou imediatamente as desavenças que determinaram o combate em San Gabriel e San Salvador e como definitiva a guerra de sangue que durou até o fim da colonização. Existindo nesta ocasião uma obsessão de Zárate pela entrega do desertor, que havia se tornado amigo dos Charrua de quem recebia proteção.

Em 1745, enquanto os franciscanos tentavam a catequização dos Charrua, os jesuítas já obtinham as milícias dos Guarani que viviam sobre o rio Uruguai, ao norte de Yapeyú e povoaram ainda todo o interior do Rio Grande do Sul. Com estes índios, formaram as Missões Orientais e Ocidentais do Uruguai e as de Tape, uma fortificação na guerra contra os Charrua e o muro que conteve os portugueses até a segunda metade do Séc. XVIII. Na realidade, foram unicamente as Missões Orientais e Ocidentais que contiveram os portugueses até a metade do Séc. XVIII. As de Tape foram destruídas pelos bandeirantes paulistas em 1636 (ACOSTA y LARA, 1961, p.15).



#### 4. O Charrua na Guerra Guaranítica

Acosta y Lara (1961), pesquisando os diversos momentos na história dos Charrua, menciona a sua participação na Guerra Guaranítica. Em consequência ao Tratado de Madrid (1750), os Guarani tiveram que enfrentar as tropas da Espanha e Portugal. Foram auxiliados por outros grupos indígenas, sendo eles os Charrua, Minuano, Bohanes y Guenoas. A primeira notícia formal da aproximação dos Guarani com os Charrua corresponde a setembro de 1753 e está descrita no diário do padre Bernardo Nusdorffer, S.I. (1750-1756), intitulado “La Guerra de los Siete Pueblos”. Nusdorffer (apud ACOSTA y LARA, 1961, p.97) relata que vieram a San Luis Gonzaga os caciques dos infieis Guenoas, Minuanos e Charrua, “entraron en el Pueblo y fueron recibidos de los Indios Guaraníes, como se fuessen sus antiguos amigos, siendo assí que aora pocos años estubieran atrevido de meterse en aquellos pueblos sin tener su venia bien assegurada”. Acosta y Lara, consultando as fontes etnohistóricas, encontrou interessantes resultados da aliança dos índios pampeanos com os Guarani. Entre as fontes, estão incluídas as manifestações de Joaquim de Viana, governador de Montevideo (1755). Viana (apud ACOSTA y LARA, 1961, p.99) comenta que consta nas declarações dos índios prisioneiros do Povo de Yapeyú que, em todo este campo, especialmente “en las Costas de S.ta Tecla, S.n Antonio, y Caydas Del río Grande, mantienen” los (guaraníes), “sus Piquetes fuertes y unidos con los Charrua, Bojanes y Minuanes, todos los quales son ynfieles”.

Outra importante informação sobre a participação dos Charrua na Guerra Guaranítica pertence à Bartolomé de Villanueva, feitas no “Campamento de Jesus”, em julho de 1754. Este, aliando-se com uma tropa espanhola nas proximidades do Arroyo “Garapey”, encontrou-se com duzentos índios, entre Tapes e Charrua, “quienes Le recibieron con bastante desafecto y avanzaron a cavallada retirandola violente haziendo vinos frente y otros disparando flechas Piedras y manejando la Lanza” (VILLANUEVA apud ACOSTA y LARA, 1961, p.101). Os charrua, na Guerra Guaranítica, constituíram primordialmente um corpo de observação e guerrilha. Divididos em grupos de quinze indivíduos pelos lugares mais estratégicos da campanha, seu trabalho alternava entre observar os movimentos das forças inimigas, “arrear los ganados y quemar los campos por donde aquéllas habían de pasar, trabando así su aprovisionamiento y avance”. As



tropas hispano-portuguesas só encontraram povoados arrasados e os poucos animais deixados por seus proprietários apareciam mortos a golpes de lança dentro dos currais.

Acosta y Lara explica que se afastar dos acampamentos era um sério perigo, pois não foram poucos os distraídos que desapareceram para sempre devido à rapidez dos índios Charrua em invadir os acampamentos e dar seus golpes de surpresa. Gomes Freire (1853 apud ACOSTA y LARA, 1961, p.101) ressaltou, em seu diário, que “é costume n’esta vil canalha de Índios não darem quartel a pessoa alguma”. Acosta y Lara afirma que não encontrou referências sobre os papéis ocupados pelos Charrua nos combates mais importantes da Guerra Guaranítica, ou seja, o de Daymán (3 out. 1754) e o de Caaibaté (10 fev. 1756). Sobre o primeiro combate, o autor não resgatou nenhuma informação; quanto ao segundo, as fontes indicam apenas a matança dos índios na qual os Guarani perderam muitos de seus aliados Guenoas.

## 5. O Charrua e o Minuano no Avanço Português de 1801

A infiltração portuguesa, no final do Séc. XVIII e início do XIX foi consequência direta da desestruturação das Missões Jesuíticas e proporcionou aos Charrua um respaldo em sua luta contra os espanhóis. Os Charruas, que eram perseguidos incessantemente pelos espanhóis, encontraram respaldo, trabalho e proteção nas vacarias clandestinas dos portugueses. A agilidade dos índios Charrua atraiu os portugueses que os utilizaram como tropeiros, domadores de reses bravas e vigias das patrulhas espanholas.

Em último caso, eram utilizados como homens de armas. Algumas vacarias tiveram a dimensão de verdadeiras expedições militares. Exemplo disto são as vacarias de Rafael Pinto Bandeira, que nos anos de 1773-74 realizou várias incursões ao território Uruguaio, desde a Serra de Tape, levando grandes quantidades de gado. Sendo dispensado de suas funções pelo governador de Buenos Aires, Pinto Bandeira logo se destacou no ataque português a Rio Grande (1776), sendo ele quem colocou o sítio e ocupou a fortaleza espanhola de Santa Tecla. Porém, se há quem tenha todo um capítulo da história de nossas fronteiras, este é José Borges do Canto, que era conhecido como “bandeirante rezagado”. Canto protagonizou um dos episódios mais curiosos da guerra



hispano-portuguesa de 1801. Acosta y Lara resgatou um documento escrito na “Vila de S. Pedro do Rio Grande”, que fala a seu respeito nesta guerra (30 de agosto de 1801).

A memorável notícia que da fronteira do Rio pardo chegou a esta Villa, de serem tomados aos castelhanos seis povos de Missões, explica-se da maneira seguinte: Do regimento de dragões da mesma fronteira, havia desertado um soldado por nome José Francisco do Canto, natural e batizado na freguesia do mesmo Rio Pardo, onde existem seus pais (ACOSTA y LARA, 1961, p. 216). Tendo conhecimento da presente guerra, tomou a decisão de se apresentar ao tenente coronel do mesmo regimento e comandante daquela fronteira, de cuja deserção ficou perdoado. Canto pediu ao comandante licença para sair na campanha fazendo as hostilidades que fossem possíveis aos Castelhanos. O tenente permitiu, além da sua licença, que levasse ainda em sua companhia quarenta soldados auxiliares que, voluntariamente, optaram por acompanhá-lo muito bem armados.

Canto iniciou sua batalha contra os espanhóis com a força de quarenta homens e, aos vinte e seis anos de idade, anexou as Missões Orientais à Coroa de Portugal. Ele contou também com o auxílio de fortes contingentes Guarani, que se incorporaram ao grupo justificando estarem cansados de serem explorados e humilhados pelos espanhóis. Os índios Charrua e Minuano como desde o início lutaram a favor dos portugueses auxiliaram Canto na tomada das missões. Acosta y Lara (1961) enfatiza que, durante o período que mediou a guerra de Portugal (1801) e a invasão inglesa (1806), os Charrua não deram trégua em seus ataques às estâncias. O autor cita uma exposição do cabildo relativa ao estado caótico que atravessava a campanha em agosto de 1803: “Los índios infieles charruas asaltan las estancias de los vecinos, con la mas inhumana barbaridad en las manos sangrientas de estas fieras, talan los campos, incendian las posesiones y llevan ganados, y quanto lês proporciona el pillaje” (ACOSTA Y LARA, 1961 p.217).

Em consequência a seus assaltos às propriedades vizinhas, foram numerosas as tentativas de repressão ao Charrua e seus aliados portugueses; entre estas, destacam-se as realizadas por Francisco Xavier de Vianna, Jorge Pacheco, Tomás de Rocamora e José Artigas.

## 5. A Guerra dos Charrua na Banda Oriental: Período Pátrio



Acosta y Lara (1969/1970), no seu segundo volume, intitulado “La Guerra de los Charrúas em La Banda Oriental” (período pátrio), realizou uma continuidade de suas pesquisas publicadas em 1961. Com novas fontes documentais, o autor visou ampliar suas investigações até a primeira presidência do General Fructuoso Riveira (1830-1834), na qual, como sabemos, foram exterminados os últimos grupos de Charrua infiéis que restavam dentro do território nacional Uruguaio. De acordo com o autor, além dos Charrua e Minuano, antigos habitantes da Banda Oriental, os Guaycurú e os Abipón também participaram da revolução de Artigas em 1811- 1820. Acosta y Lara comenta que os Charrua, neste período, ainda conservavam suas características culturais primitivas e, desde o início, atuaram como fiéis patriotas na revolução.

Os índios pampeanos eram nômades e caçadores, que com a colonização aprenderam a utilizar o cavalo e a caçar o gado chimarron. E, sem dúvida, aderiram à revolta artiguista nos anos de 1812. Esta adesão dos Charrua e Minuano às idéias de Artigas teve aspectos muito singulares, já que não obstante estes índios concordam com certas formas de convivência nas ordens patrióticas, mantendo dentro delas sua condição de selvagens e independentes. Acosta y Lara afirma que consultou os relatos do General Antonio Díaz “Apunte varios sobre los charrúas” (1891), e que este diário contém importantes informações sobre a temática. Díaz relatou que, em 1812: “hicieron los charruas, una especie de pacto y alianza con el Gral. Artigas a q.n.tenian respeto ofreciendo pelear contra los realistas. En consecuencia se Le incorporaron”. Díaz destaca que os Charrua eram muito receosos e desconfiados devido ao seu caráter independente e retraído, estes acompanhavam o exército espanhol a distância “y de repente alzaban la toltería y no vovian al campo en mucho tiempo. Sin embargo nunca la abandonaron del todo” (DÍAZ, 1891, apud ACOSTA y LARA, 1961, p.3).

Durante 300 anos, os Charrua estiveram em incessantes guerras com os espanhóis, sem um só dia de paz nem trégua, até o ano de 1812, quando se uniram a Artigas. Os indígenas fizeram com Artigas uma espécie de pacto e aliança, mas conservaram sua independência, seus costumes e hábitos ferozes. Díaz (1891) mencionou, em sua pesquisa, o individualismo dos Charrua dentro das ordens artiguistas e a persistência do uso de armas primitivas com exclusão total da arma de fogo. Ele explica que, enquanto os Guarani missioneiros usavam o fuzil e pistolas e, inclusive, realizavam ensaios para a fabricação de pólvora, os Charrua continuaram se



valendo das suas armas tradicionais. As armas desta etnia “son la Lanza, la flecha, la honda y las bolas. La primera y última son de caballería, ambas temibles, pues la lanza tiene en su punta una espada entera muy bien asegurada que compran a los Portugueses a cuenta de caballos” (DÍAZ, 1891, apud ACOSTA y LARA, 1961, p.6). As boleadeiras usam contra os jinetes, jogando-as nas patas dos cavalos. Acosta y Lara descreve o relato do capitão Francisco B. Laguardia (1812) como uma maneira de comprovar a continuidade do uso das armas primitivas pelos índios pampenos aliados a Artigas: “Sobre los efectivos de Artigas en el Campamento de Salto Chico, elevado a la junta Paraguay el de marzo de 1812, en el que figuran cuatrocientos indios charrúas armados con flechas y bolas”.

Outro documento do período artiguista que menciona as armas dos pampenos é a carta do Padre Damaso Larrañaga (1813), já mencionado nesta pesquisa. Ele descreve os Minuano como índios altos e fortes, cor bronze, cabelo negro, grosso e largo, um pouco cortado na frente, a barba escassa e somente no lábio superior formando largos bigodes, olhos negros. Seus dentes eram muito conservados e bem similares, a boca e lábios tinham tamanho médio, nariz um pouco grande, pés e mãos pequenos. “Suas armas são a flecha, la honda e las bolas” (LARRAÑAGA, 1813, apud ACOSTA y LARA, 1961, p. 4).

Acosta y Lara (1961, p. 6) encontrou nas fontes históricas referências da presença cacical em praticamente todas as negociações dos Charrua. Na “guerra fria” (1812), que se transformou no amplo roubo de cavalos e apressamentos dos Chasques, a repressão das forças invasoras portuguesas “contra los porteños fue del cargo casi exclusivo de los charrúas [...] y una vez más la figura singular de Casiquillo se perfila como elemento de elance entre los indígenas y el jefe de los Orientales” [...]. Outra importante informação sobre a liderança dos Caciques Charrua é deixada pelo General Antonio Díaz (1891): “El Cacique los forma a caballo en ala, y los proclama. E expone las injurias o agravios de los enemigos y les recuerda los triunfos y glorias y sus mayores hazañas y hechos de armas” [...]. Díaz afirmou que os Caciques incentivavam os Charrua a lutarem contra os inimigos invasores (DÍAZ, 1891).

## 6. Extermínio dos Charrua: Campanha do General Fructuoso Rivera



Muitas foram as pesquisas sobre os motivos para o extermínio dos Charrua, ato realizado no governo do General Fructuoso Rivera (1830). Acosta y Lara reuniu e ordenou uma série de documentos e referências em que os responsáveis pela emboscada de Salsipuedes tentam justificar suas atitudes. Com o país Uruguaio livre no período pátrio II (1830-1834) e a atuação do General Rivera como Presidente do Uruguai (24 de outubro de 1830), as providências começam a serem tomadas contra os Charrua, que continuam nos campos a saquear as estâncias, recusando-se a abandonar sua vida nômade. Devido à barbárie realizada pelos índios nas estâncias, foi necessário o envio de um corpo de expedicionários que restabelecesse a ordem e a legalidade, normalizando as condições de vida no meio rural.

Esta expedição causou uma série de disputas com os Charruas, que continuaram cada vez mais resistentes a abandonar seu modo de vida primitivo. Acosta y Lara destaca que reduzir os indígenas, dentro das ordens nacionais, seria árdua tarefa para qualquer líder que assumisse a presidência do país. Os compradores das terras exigiam que estas estivessem sem a presença de índios. Acosta y Lara considera que a repressão de 1831 se deve às imprudências dos indígenas como citado acima, mas também às negociações políticas da época.

O autor ressalta que o mesmo é afirmado nos escritos de Carlos Anaya e Antonio Diaz (filho). Estas informações se encontram em uma carta de Rivera ao Coronel Manuel Lavalleja (1831): Rivera (apud ACOSTA y LARA, 1961, p.69) advertiu que “los caciques charrúas apoyarían a una eventual revolución contra su Gobierno, decidiéndose entonces a ponerlos bajo control o a borrarlos del mapa”. O General Rivera organizou duas etapas na campanha de 1831. A primeira consistiu em uma manobra envolvente que ocupou grande número de couros clandestinos, prendendo os que trabalhavam com eles, já que muitos eram desertores do exército ou acusados de outros delitos comuns. A ação de Rivera se completou com um minucioso inventário dos depósitos de couros que havia nas estâncias, povos e lugares de embarque, confiscando toda existência cuja origem não fora devidamente justificada.

A segunda etapa da campanha contra os Charrua só foi viável porque os atraíram a uma cilada, já que não tinham como os deter e nem se animaram a enfrentá-los em um combate honesto a campo aberto. Coube ao General Laguna a tarefa de internar-se no deserto e firmar contato com alguns dos principais caciques a mando do General Rivera.



A falsa proposta foi convidá-los para apoiar o governo uruguaio na suposta próxima guerra contra o Brasil. A hierarquia do General Laguna e sua amizade com o Cacique Charrua Juan Pedro proporcionou bons resultados. Os Charrua, convencidos da suposta guerra, migraram até as pontas de Queguay, Potrero de Salsipuedes, onde o Presidente os esperava para esclarecer os planos do evento.

As negociações foram realizadas com grande sigilo, nada era transparente ao público, nem as negociações de Laguna, nem os acontecimentos dos três dias que os Charrua permaneceram acampados com as tropas, nem os detalhes do combate em si. As notícias do massacre de Salsipuedes, fornecidas a imprensa da capitania, limitaram-se a justificar o ato do governo de Rivera “el desenfreno criminal” de las “hordas salvajes y degradadas, sus recientes y horribles crímenes, no habían dejado al Gobierno más alternativa que la de atacarlas y destruirlas” ( ACOSTA y LARA, 1961, p. 70).

Acosta y Lara enfatiza que, em razão da ausência de maiores informações e relatos dos participantes da batalha de Salsipuedes, contou com os aportes históricos como a “Memória”, escrita pelo coronel Manuel Berro Lavalleja (1948), publicada anos após por Mariano Berro, e uma série de referências obtidas pelo General Antonio Díaz, que residia em Montevideo durante a campanha de Rivera. Em suas informações, basearam-se Antonio Díaz (filho) e Eduardo Acevedo Díaz, nas suas respectivas versões do episódio. Porém, Acosta y Lara considera estas versões um pouco tendenciosas devido à filiação política dos autores. O certo é que nenhum outro fato contribuiu tanto para confirmar o extermínio dos Charrua como o conteúdo das cartas enviadas pelo próprio Rivera ao General Laguna, convocando-o para estabelecer contato com os líderes indígenas nas jornadas anteriores ao encontro.

Com o massacre de Salsipuedes, o General Rivera deu por vitorioso os objetivos da sua campanha, permitindo que as tropas do exército uruguaio que haviam participado do combate se reintegrassem aos seus postos. Algumas unidades foram licenciadas e outra, a mando do coronel Bernabé Rivera, saíram em busca do restante dos Charrua que haviam escapado do massacre. Em 27 de junho de 1832, o coronel Bernabé permitiu um choque armado aos Charrua, na barra de Mataojo com o Arepay, em que os Charrua, apesar da sua eficiência guerreira, tiveram quinze mortos e oitenta e dois prisioneiros, enquanto nas forças do governo uruguaio não foi registrada nenhuma baixa.



Os prisioneiros do combate de Mataojos foram levados a Montevideo, conforme os planos do general Rivera. Os indígenas foram integrados à população da capital. Acosta y Lara encontrou documentos relativos a pedidos de liberdade dos Charrua; porém, não se sabe se estes foram repartidos ao público como fizeram com os prisioneiros de Salsipuedes. O que se sabe ao certo, em relação aos últimos Charrua, é que cinco foram levados à França, sendo eles: “Ramón Mataojo, Vaimaca Perú, Senaqué, Laureano Tacuabé y Micaela, Guyunusa” (RIVET, 1930). É necessário esclarecer que o cidadão francês Monsieur de Curel levou para exposição apenas quatro indígenas; Micaela é a filha do casal Tacuabé e Guyunusa que nasceu em Paris. Entretanto, não se sabe o que aconteceu com ela e com o pai. Os outros três morreram em menos de um ano de cativeiro e seus restos foram mantidos no Museu de História Natural de Paris até 1998, quando gestões do governo uruguaio conduziram o seu repatriamento.

Devido aos massacres de Salsipuedes e Mataojo, os Charrua foram numericamente exterminados, não sobrando, entre todos, cinquenta homens. Acosta y Lara (1961, p.82) destaca que, a margem de tantos tropeços, os últimos Charrua permanecem unidos, “indeclinable en el afán de salvaguardar su independencia y sistema de vida seculares”. Na Revolução Lavallejista (1834), quando praticamente ocorrem os últimos encontros com os Charrua, estes não somavam mais que trinta e sete índios. A Revolução Lavallejista se dividiu em duas etapas. Uma que vai desde a rebelião de Santana até o combate de Tupambay e outra que iniciou com o desembarque de Lavalleja no Arroio Higuieritas e terminou com sua derrota no potrero de Yarão. Na realidade, o movimento faccioso não se interrompeu em nenhum momento e as ações continuaram mesmo que Lavalleja estivesse afastado do terreno de luta. Sobre a participação dos Charrua nesta Revolução, as fontes históricas afirmam que estes participaram apenas do combate no Arroio Yarão. Acosta y Lara considera provável que, em 1832, Mariano Paredes contou com o apoio dos Charrua e que, em 1833, Manuel Lavalleja “estuvo diez meses con ellos”, obviamente por assuntos relacionados a Revolução.

A partir do combate de Yarão, a presença dos Charrua em território uruguaio só é destacada através de episódios menores e esporádicos. Entre os quais, Acosta y Lara (1961, p.152), revisando o Arquivo Geral da Nação de Montevideo, menciona o roubo



de cavalos ocorrido nos campos do inglês Juan Mutter, no Rio Negro, em maio de 1838. Estas informações constam na reclamação apresentada ao governo da República por Thomas S. Hood, Cônsul General de S.M.B. Após a Revolução Lavallejista, boa parte dos Charrua que ainda sobreviviam se incorporaram ao movimento republicano brasileiro e combateram na Guerra dos Farrapos, outros se agruparam e obtiveram triunfos parciais como o de San Servando, Cerro Chato e Guardiã 15 de Maio e outros. Formavam grupos isolados que se dedicavam com interesses próprios ao roubo e a pilhagem de gado. Esta situação se prolongou até a entrada da Presidência de Manuel Oribe, na qual os revolucionários puderam regressar à Pátria graças a uma generosa lei de anistia.

## 7. Considerações finais

A minuciosa análise dos trabalhos de alguns reconhecidos etnohistoriadores como Acosta y Lara (1961) (1969/70) e Ítala Becker (1982) permitiu conhecer outros olhares sobre as etnias indígenas Charrua e Minuano no contexto dos índios pampeanos. Pode-se afirmar que, diferentemente da maioria dos arqueólogos, estes pesquisadores buscam nas fontes históricas, etnohistóricas, etnográficas e antropológicas outras informações para explicar o cotidiano doméstico e social das etnias indígenas do Sul Meridional. O interesse ao revisar as pesquisas de Acosta y Lara (1961 e 1969/1970) e Ítala Becker (1982) foi conhecer o caminho que estes etnohistoriadores percorreram para construir uma história analítica e cronológica dos índios Charrua e Minuano.

As obras dos etnohistoriadores demonstram o acesso às preciosas fontes deixadas pelos cronistas e viajantes do Rio da Prata. Com base nos trabalhos dos etnohistoriadores, também são comentados os diferentes momentos vividos pelos índios Charrua e Minuano. Entretanto, nestas considerações finais, apresentam-se somente alguns aspectos sobre a temática, já discutida ao longo deste texto.

Acosta y Lara (1961 e 1969/1970); Ítala Becker (1982) e Vidal (2009) concordam que os índios Charrua e Minuano possuíam semelhanças físicas, econômicas e culturais; porém, tratavam-se de duas parcialidades indígenas diferenciadas que seguem líderes independentes e ocupam espaços separados na



antiga Banda Oriental do Uruguai. Os autores afirmam que, devido à invasão colonizadora em seu território, ocorreram deslocamentos; entretanto, suas posições originais sempre estiveram relacionadas à Banda Oriental do Uruguai.

Os etnohistoriadores também concordam que, após a colonização, os índios Charrua e Minuano continuaram sendo caçadores coletores e que seu território, dividido entre as fronteiras portuguesa e espanhola, continuou por quase dois séculos sendo considerada terra sem dono. Esta certa liberdade em permanecer em seu território permitiu que os indígenas evitassem por longos anos as imposições dos colonizadores estancieiros que buscavam mão de obra indígena para o trabalho com o gado. Através do contato, os indígenas tiveram acesso aos novos elementos inseridos pelo colonizador; inicialmente, o cavalo com o qual se tornaram excelentes jóqueis, motivo pelo qual eram tão solicitados para o trabalho com o gado nas estâncias.

Os Charrua, dominando a montaria, usavam o laço e as boleadeiras para saquear o gado das fazendas dos colonizadores. Com base nos relatos dos cronistas, os etnohistoriadores afirmam que, até o final do Séc. XVIII e início do XIX, os espanhóis e portugueses ocupavam definitivamente o território, dominando cada vez mais os espaços dos indígenas. Com o domínio do gado pelos fazendeiros, os indígenas não encontraram outra escolha a não ser empregarem-se nas estâncias como peões campeiros.

Acosta y Lara (1969/70), que estudou os diferentes momentos da história dos índios Charrua, destaca que, com a intensificação da colonização, os indígenas se recusaram a viver aldeados e a servir os estancieiros, o que provocou inúmeras disputas pelo espaço. Outro aspecto que contribuiu para a desorganização da vida indígena foram as epidemias de varíola que reduzem amplamente esta população. A decisão dos pampeanos em continuar a sua vida nômade, no espaço agora pertencente aos colonizadores, leva o General Fructuoso Rivera, que estava sendo pressionado pelos proprietários de terras, a preparar a emboscada de Salsipuedes, em 11 de abril de 1831, onde os índios Charruas foram atraídos e mortos a fio de espada.

Acosta y Lara (1969/70) reúne documentos nos quais o governo uruguaio tenta justificar esta atitude, declarando que, devido a insistência dos índios Charrua



em continuarem na barbárie, não restou alternativa a não ser enviar um corpo de expedicionários que restabelecesse a ordem e a legalidade na vida rural. Ao perceberem que os indígenas não se sujeitavam as suas ordens, a solução que o General Rivera encontrou foi armar uma cilada, ou seja, o massacre de Salsipuedes.

O extermínio foi considerado por Rivera como única e necessária solução para a desordem e a barbárie dos índios Charrua que representavam o atraso no desenvolvimento econômico do país. Acosta y Lara (1961) (1969/70) como se mencionou anteriormente pesquisou a história dos índios Charrua dentro de uma narrativa analítica e cronológica. Ao longo deste trabalho, abordaram-se os diferentes momentos da história dos índios Charrua na Banda Oriental do Uruguai. Entre os diversos acontecimentos, comentou-se a Guerra dos Charrua na Banda Oriental Período Hispânico, a participação dos Charrua na Guerra Guaranítica (1754), os Charrua e Minuano no avanço Português (1801), além de se discutir-se intensamente os aspectos aqui apresentados referentes à Guerra dos Charrua na Banda Oriental Período Pátrio.

### Referências Bibliográficas

ACOSTA Y LARA, Eduardo, F. **La Guerra De Los Charrúas en la Banda Oriental.** Período Hispánico. Impresores A. Monteverde y CIA. S. A. Montevideo, Uruguay, 1961.

\_\_\_\_\_. **La Guerra De Los Charrúas en la Banda Oriental. Período Pátrio I - II.** Impresores A. Monteverde y CIA. S. A. Montevideo, Uruguay, 1969/70.

\_\_\_\_\_. Un Linaje Charrua En Tacuarembó (a 150 años de Salsipuedes). **Apartado de Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias**, (Serie Ciencias Antropológicas; Vol. 1 n. 2). Montevideo, 1981.

AZARA Felix. Descripción e Historia del Paraguay y del Río de la Plata. Viajes por la América Meridional. Espasa-Calpe. Barcelona, 1923. In: Antonio Serrano. **Etnografía de la Antigua Provincia del Uruguay.** Paraná, 1936.

BASÍLE BECKER, Ítala Irene. O Que Sobrou dos Índios Pré - Históricos do Rio Grande Do Sul. In: KERN, Arno A (Org). **Arqueologia Pré - Histórica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto Ltda. p. 331 -354 1991.



\_\_\_\_\_. **Os Índios Charruas e Minuanos na Antiga Banda Oriental do Uruguai.** Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, 1982.

CHIAPPINI, Lígia. **Pampa e cultura;** de Fierro a Netto. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

DEL BARCO, Centenera, Martín. **La Argentina y la Conquista del Rio de La Plata (1601).** Canto X. Imprensa Del Estado, Buenos Aires, 1836.

FIGUEIRA, José H. **Los primitivos habitantes del Uruguay, en El Uruguay en la exposición histórica Americana de Madrid.** Montevideo, 1892.

GOLIN, Tau. Instrumentalização política de Facundo pelo Brasil na guerra contra Rosas. **III Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales Universidad de Valparaiso.** Universidad de Viña del Mar, Chile, 2005.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Leitura XXI, 2002.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai.** 2 ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

SCHMIDEL, Ulrico. **Relatos de la conquista del Rio de la Plata y Paraguay 1534 - 1554.** Madrid: Alianza Editorial S.A., 1986.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo.** www.elalephe.com, 1999.

SERRANO, Antonio. **Aborígenes Argentinos: Síntesis Etnográfica.** Nova: Buenos Aires, 1947. 288p.

\_\_\_\_\_. **Etnografía de la Antigua Provincia del Uruguay.** Paraná, 1936.

SILVA, Jeremyas Machado. **Achados do imaginário: o consumo da faiança fina em Uruguaiana no século XIX.** São Borja, RS: Faith, 2014.

TESCHAUER, Carlos S. J. Vida e Obra do venerável Padre Roque Gonzáles de Santa Cruz. Rio Grande 1909. In: ACOSTA Y LARA: **La Guerra De Los Charrúas en la Banda Oriental. Período Hispánico.** Montevideo: Impresores A. Monteverde y CIA. S. A, 1961.

VIDAL, Viviane, Pouey. **Os Artefatos de Arremesso dos Campos da América Meridional: Um Estudo de Caso das Boleadeiras.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009, 151p.

*Submetido em: 01/08/16. Aprovado em: 30/08/16.*

